



TRAJETÓRIAS INTERROMPIDAS

Homicídios na adolescência em
Fortaleza e em seis municípios do Ceará



TRAJETÓRIAS INTERROMPIDAS

Homicídios na adolescência em
Fortaleza e em seis municípios do Ceará

FOTO: CLAUDIO MARQUES

- Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)
 - Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
 - Governo do Estado do Ceará
- FORTALEZA, 2017

SUMÁRIO

RESUMO EXECUTIVO 4

A HISTÓRIA DE RAUL E O PERFIL DE ADOLESCENTES
VÍTIMAS DE HOMICÍDIO7



Quem são esses adolescentes 9
Vivências afetivas e sexuais 10

A HISTÓRIA DE VITÓRIA E A VIDA
FAMILIAR DE ADOLESCENTES
VÍTIMAS DE HOMICÍDIO 13

A convivência familiar e comunitária14
Violência intrafamiliar 15

A HISTÓRIA DE ANTÔNIO E OS PERCURSOS DE ADOLESCENTES
VÍTIMAS DE HOMICÍDIO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS..... 17

Abandono escolar 18
Pouco acesso à rede de saúde 19
Escassez de projetos sociais 20
Trabalho irregular e precário 20
Rede de proteção e apoio falha 21
A medida socioeducativa e os casos pesquisados 23

A HISTÓRIA DE CARLOS E A DINÂMICA DA VIOLÊNCIA CONTRA ADOLESCENTES..... 25

- Vida comunitária conflituosa 26
- Violência armada 29
- Mortes sem esclarecimento 30
- Cultura da violência 30
- Interação violenta com a polícia 30

12 RECOMENDAÇÕES PARA A PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA 33

A METODOLOGIA 41



FOTO: LUCAS MOREIRA



FOTO: DAVI PINHEIRO

RESUMO EXECUTIVO

Raul foi morto aos 17 anos, quando estava indo deixar a namorada em casa. Os policiais pararam o ônibus, mandaram os dois descerem, bateram e atiraram no adolescente. Vitória também tinha 17 anos quando o namorado deu um tiro em sua cabeça enquanto ela amamentava o filho em uma rede. Antônio foi linchado aos 12 anos em um terreno baldio perto de casa e Carlos estava sentado na calçada conversando com um primo quando foi assassinado, aos 17 anos.

Os nomes são fictícios¹, mas todas as histórias são reais e foram interrompidas pela violência no Ceará. Fortaleza foi uma das cidades do Nordeste em que o quadro de homicídios mais se agravou na última década e, hoje, a principal vítima desta violência é o jovem negro, pobre, morador de periferia.

Em 2013, os assassinatos de adolescentes na capital tiveram um crescimento vertiginoso, atingindo 141,1 homicídios para 100 mil adolescentes. Na população total, este índice ficou em 83,7 homicídios por 100 mil habitantes, de acordo com dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), da Secretaria Municipal da Saúde (SMS) de Fortaleza.

Com base neste cenário e na necessidade de se pensar ações e políticas públicas capazes de responder de forma emergencial à crescente violência que atinge sobretudo os jovens, nasce, em 2016, o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. A iniciativa parte de uma articulação entre o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e o governo do estado e envolve ainda outros parceiros, tanto do poder público como da sociedade civil.

O estudo sobre os homicídios na adolescência na capital (Fortaleza) e em seis municípios do Ceará (Caucaia, Eusébio, Horizonte e Maracanaú, na Região Metropolitana, Sobral e Juazeiro do Norte, no interior do estado), disponibilizado nesta publicação e em sua versão integral no site do UNICEF e da Assembleia Legislativa², é parte da estratégia de enfrentamento à violência letal contra o adolescente. Por meio de grupos focais e de entrevistas com os familiares dos adolescentes assassinados em 2015, o estudo reconstrói sua trajetória de vida, tirando-os da invisibilidade dos números e siglas que os cercam.

¹ Os nomes foram trocados para preservar a identidade dos adolescentes e de seus familiares.

² O estudo está disponível para download na íntegra em www.unicef.org.br e em www.al.ce.gov.br.

Cada capítulo narra a história de um adolescente vítima de homicídio. Emblemáticas, as histórias são representativas do perfil e da vida familiar destes adolescentes, da dinâmica da violência em comunidades populares e da dificuldade de acesso às políticas públicas nestes lugares.

Nos capítulos finais, a publicação apresenta a metodologia do estudo e as recomendações. Com base nos principais dados da pesquisa e nas discussões com diversas instituições (UNICEF, Assembleia Legislativa, governo do estado, prefeitura de Fortaleza e sociedade civil organizada) foram construídas recomendações para prevenir que trajetórias como as de Raul, Vitória, Antônio e Carlos continuem sendo interrompidas desta forma. Entre as principais recomendações e evidências do estudo estão:

✓ **Garantir a proteção das famílias vítimas de violência**

Os homicídios de adolescentes impactam as famílias das vítimas, sobretudo as mães, que, em sua maioria, são mulheres jovens. Muitas delas apresentam adoecimento psíquico, agravado por situações de intimidações e ameaças.

✓ **Promover a qualificação urbana dos territórios vulneráveis aos homicídios**

Quase um terço dos homicídios ocorreu entre moradores de 52 comunidades de Fortaleza, onde vive 13% da população da capital.

✓ **Controlar o uso e a circulação de armas de fogo e munições**

Em Horizonte, todos os adolescentes vítimas de homicídio foram mortos por arma de fogo. Nas demais cidades, os percentuais superam 80%.

✓ **Realizar busca ativa para a inclusão de adolescentes no sistema escolar**

Com exceção de Sobral, todas as cidades apresentaram percentuais acima de 60% de abandono escolar pelo menos seis meses antes da morte.

✓ **Promover oportunidades de aprendizagem e inclusão no mercado formal de trabalho com renda**

Em todas as cidades pesquisadas, nenhum adolescente trabalhou como estagiário ou aprendiz, com exceção de Fortaleza, em que apenas 2% dos adolescentes vítimas de homicídio tiveram esta experiência.

✓ **Formar policiais em direitos da criança e do adolescente para garantir abordagens adequadas e promover o controle externo da atividade policial**

Em Fortaleza e Caucaia, 73% dos adolescentes vítimas de homicídio sofreram violência policial.

✓ **Garantir a investigação e a responsabilização pelos homicídios**

Segundo as famílias, em Maracanaú, Sobral, Juazeiro do Norte e Eusébio nenhuma pessoa foi presa ou detida pela morte dos adolescentes pesquisados. O maior percentual de responsabilização pelos crimes foi em Horizonte (22%).

CAPÍTULO 1

Nas comunidades, grafites, como este, lembram os adolescentes assassinados

Para sempre lembrados

A HISTÓRIA DE RAUL E O PERFIL DE ADOLESCENTES VÍTIMAS DE HOMICÍDIO

Os adolescentes assassinados nas cidades cearenses pesquisadas são em sua maioria pretos ou pardos, do sexo masculino, têm em média 17 anos e moram em bairros pobres das cidades. Assim como Raul, morto por policiais em Fortaleza

Raul nasceu em um hospital público de Fortaleza e logo foi entregue para adoção pela mãe biológica. Os pais adotivos possuíam baixa escolaridade e baixa renda: Madalena era auxiliar de cozinha em um hospital e Pedro, protético.

Quando ele tinha 5 anos, os pais se separaram, e Raul sofreu bastante com a situação. O pai foi morar em outro município com uma nova companheira. O menino e a irmã, filha de um relacionamento anterior de Madalena, eram maltratados pela madrasta quando iam visitá-los nos fins de semana. A mulher não aceitava Raul e ameaçava tirar o sobrenome do pai da sua certidão de nascimento. Mesmo assim, o menino frequentava a casa do pai e convivia com as duas irmãs nascidas da nova relação.

Madalena também iniciou um novo relacionamento, e Raul se dava bem com o padrasto. Mesmo com a situação de conflito com a madrasta, o menino sempre se sentiu seguro com o amor da mãe, do pai, do padrasto, da irmã e da madrinha.

Para a mãe, a infância de Raul foi muito boa. Passeavam juntos, jogava videogame em casa, assistia a desenhos animados e brincava na rua, onde era muito querido. A mãe o acompanhava em todas as atividades escolares e nos treinos de futsal,

fazia suas festas de aniversário e dava importância especial às fotografias, para gravar momentos importantes da vida do filho que, para ela, “foi o maior presente” da sua vida. Ele também costumava tirar fotos dele e da mãe e salvava no celular.

Raul foi para a escola aos 7 anos, no 1º ano do ensino fundamental I (que corresponde hoje ao 2º ano). Costumava acordar sozinho e fazia questão de não chegar atrasado. Durante o período em que estudou, foi um bom aluno, com boas notas, embora a mãe tenha sido chamada à escola algumas vezes pela diretora. Foi assim até os 10 anos, quando teve hanseníase.

A mãe acredita que ele contraiu a doença nos campos de futebol em que jogava. Quando apareceram as primeiras manchas no corpo, ela procurou diversos hospitais, até Raul receber o diagnóstico e iniciar o tratamento, que o obrigou a se afastar da escola. Curado, ficou com algumas sequelas: perdeu uma parte do polegar, teve um problema no joelho e permaneceu com algumas manchas no corpo, intensificadas quando tomava sol. Assim, seu cotidiano era em casa, na maior parte do tempo, saindo somente à noite para jogar futebol na escolinha de futsal da comunidade.

Após o tratamento, ele não quis mais estudar, porque sofria preconceito dos colegas por causa das sequelas. Em uma ocasião, mães de colegas pediram ao colégio para que o tirassem de lá. Mesmo diante das dificuldades, a mãe nunca desistiu de colocar o filho de volta na escola. Quando Raul fez 17 anos, Madalena o matriculou no Projovem, onde voltaria a estudar logo que fizesse 18 anos, três meses antes de ser morto.

Durante uma estadia com o pai, Raul começou a fazer tatuagens. Também foi nesse período que ele conheceu a namorada, Elisa, de 13 anos,

Em razão do preconceito sofrido por causa da doença e dos conflitos familiares que viveu, Raul decidiu fazer algumas tatuagens. Entre elas estavam duas lágrimas, em seu olho direito, que simbolizavam, segundo familiares, o seu sofrimento e o da sua mãe. Para sua irmã Vanusa, na interpretação da polícia, a tatuagem representava a figura de um palhaço, e isso pode explicar a violência que ele sofreu no dia em que foi assassinado.

Segundo a mãe, nesse dia Raul estava num ônibus indo deixar a namorada em casa, já que tinham decidido viver separados. Os policiais



“Meu irmão morreu de graça, ele nunca fez nada para ninguém.”

Vanusa, irmã de Raul

que foi morar com eles por um período de oito meses. Com o fim do relacionamento, Raul voltou a morar com a mãe. Ele acabou reatando o namoro com Elisa, mas Madalena não permitiu que eles morassem juntos em sua casa, porque a menina só tinha 13 anos. Então o casal foi viver com a sogra de Raul por algum tempo. Depois, foram morar sozinhos, perto de Madalena, que sustentava o casal e ia visitá-los quase todos os dias.

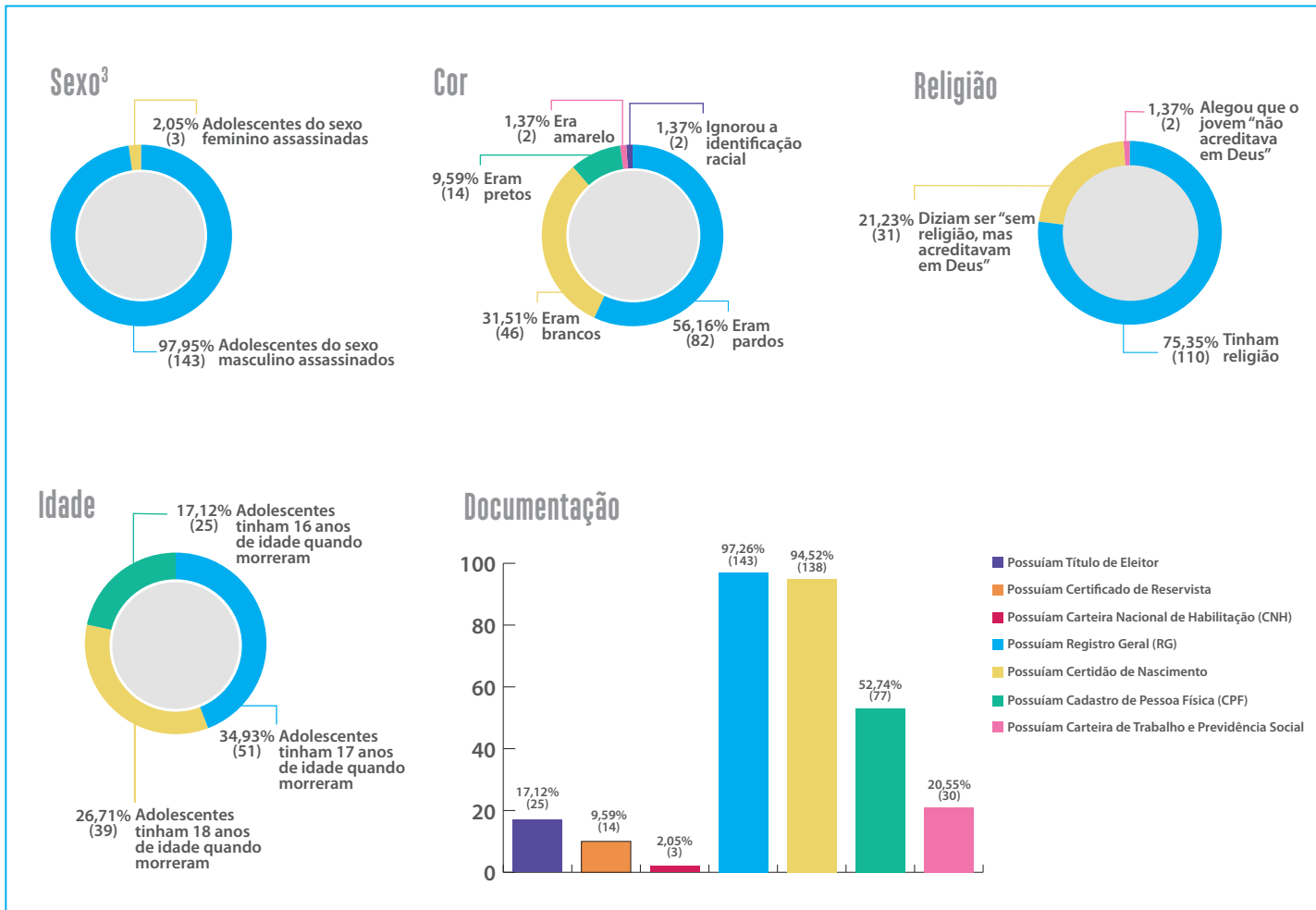
pararam o ônibus, mandaram os dois descerem e então bateram e atiraram no adolescente na frente de Elisa.

Vanusa foi reconhecer o corpo do irmão e afirmou que o local da tatuagem tinha sido muito machucado: “Meu irmão morreu de graça, ele nunca fez nada para ninguém. É por isso que minha mãe é tão revoltada. Ela não deixa ele descansar. Eu falo pra ela: ‘mãe, eu também gostava muito do meu irmão, mas tem que deixar ele descansar’”.

QUEM SÃO ESSES ADOLESCENTES

O perfil dos adolescentes assassinados em Fortaleza (veja gráfico abaixo) e em mais seis municípios do estado do Ceará com maiores índices de homicídios é muito similar ao de Raul. São em

sua maioria pretos ou pardos, do sexo masculino, têm em média 17 anos e moram em bairros pobres das cidades. Também possuem documentos, portanto, registros oficiais como cidadãos brasileiros, e têm uma crença religiosa.



³ Nos outros municípios, apenas Sobral registrou três casos de adolescentes do sexo feminino assassinadas. Nos demais, foram todos do sexo masculino.

VIVÊNCIAS AFETIVAS E SEXUAIS

De modo geral, os jovens assassinados viviam experiências afetivas e sexuais comuns no universo juvenil. A maioria (78,77%) dos adolescentes vítimas de homicídio em Fortaleza não tinha filhos; somente 17,8% tinham de um a três filhos. Destes, 6,85% foram pais aos 17 anos e 4,79%, aos 16 anos. Tinham namorada ou namorado na ocasião da morte 73,29% dos ado-

lescentes. Em 47,26% dos casos, eles não moravam com sua namorada ou seu namorado, mas estes conviviam com seus familiares e frequentavam sua residência em 45,89% dos casos. Em relação à identidade sexual, quase a totalidade dos adolescentes assassinados era heterossexual (97,95%) – havia apenas um homossexual e um travesti.



Os adolescentes assassinados brincavam com amigos e familiares. Também iam à praia e à praça, como qualquer criança ou jovem

As tatuagens estampadas no corpo dos jovens expressavam sua afetividade, em frases com dizeres de coragem e esperança de uma vida diferente da que viviam: 52,74% tatuaram o nome da mãe e 28,77%, do pai; 5,48% tinham um desenho oriental e 4,11%, um desenho religioso.

As formas de conviver das famílias revelam situações comuns na vida dos jovens. Os adolescentes assassinados brincavam com amigos (71,23%) e familiares (60,96% com irmãos e 34,93% com

primos). Eles também iam à praia (59,59%), à praça (43,15%) e frequentavam campos de futebol gratuito (43,84%). Usavam a internet em lan houses (42,47%), pelo telefone celular via rede móvel (55,48%) ou via wi-fi (13,01%) e 18,49% em um computador de sua residência.

A maioria dos adolescentes assassinados nos sete municípios do Ceará também tinha abandonado a escola por desinteresse há mais de um ano. Pararam no 6º ou 7º ano, quando já

poderiam estar concluindo o ensino médio. Trabalharam de forma eventual no comércio ou em serviços da construção civil. Bebiam e fumavam. Não foram atendidos pelo Conselho Tutelar, Creas (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), Juizado ou Defensoria Pública. Conversavam com a mãe sobre seus problemas pessoais. Conviviam com seus pais. Suas casas possuíam eletrônicos e eletrodomésticos comuns em muitas residências brasileiras.

**Os jovens assassinados
viviam experiências afetivas
e sexuais comuns
no universo juvenil**



FOTO: FILIPE ABUD

CAPÍTULO 2

PAZ
Justiça
Liberdade
TDA...

Nos grafites, espalhados pelos muros das comunidades, os adolescentes pedem paz, justiça e liberdade

fordeh
fordeh
fordeh

fordeh
fordeh

A HISTÓRIA DE VITÓRIA E A VIDA FAMILIAR DE ADOLESCENTES VÍTIMAS DE HOMICÍDIO

Contrariando o senso comum de que as vítimas de violência vêm de famílias “desestruturadas”, a maioria dos adolescentes assassinados em Fortaleza foi criada pela família biológica e convivia com pai e mãe, como era o caso de Vitória

Vitória nasceu em Fortaleza e morou a maior parte da sua infância em uma comunidade da periferia da capital, limite com uma cidade da região metropolitana. Descrita como “brincalhona”, “bem-humorada” e de “risada contagiante”, ela era, segundo os relatos da família, boa aluna, carinhosa com os pais e muito apegada aos irmãos, principalmente ao mais novo, com quem dividia a cama para dormir.

Aos 10 anos, começou a trabalhar em uma pequena fábrica de roupas com a mãe e a avó. Seu sonho, no entanto, era abrir um salão de beleza. Queria fazer um curso profissionalizante na área e construir um “puxadinho” em casa para montar seu salão. “Mas não deu tempo”, lamenta a avó em voz baixa.

Aos 14 anos, Vitória mudou-se para um conjunto habitacional de outro bairro. Seus pais receberam o apartamento, junto com outros vizinhos, como indenização, pois a casa em que moravam foi desapropriada para a construção de uma estrada.

Um ano após a mudança, ela começou a namorar um rapaz mais velho, de quem acabou engravidando, aos 16 anos. O adolescente, se-

gundo a família, era envolvido com atividades ilícitas, e a relação acabou não dando certo. Vitória morou três meses com ele e, depois, voltou para a casa dos pais.

Grávida, abandonou a escola ao concluir o ensino fundamental e trabalhou até às vésperas de entrar em trabalho de parto. Depois que o bebê nasceu, revendia moda íntima e roupas para as pessoas da comunidade e fazia alisamento e hidratação de cabelos no salão improvisado em casa.

Quando o bebê tinha 9 meses, conheceu outro rapaz e começou a namorá-lo. Como o pai de seu filho, ele também tinha envolvimento com o crime e era muito ciumento, o que a família só soube depois da morte da adolescente. Suas amigas contaram que ele já havia batido em Vitória e, certa vez, teria mordido a sua perna, por ela estar usando um short curto.

Nos últimos dias de sua vida, a adolescente passava o tempo inteiro na casa da mãe, cuidando do filho e trabalhando nos preparativos da festinha de 1 ano dele. À noite, ia para a casa do namorado, que morava no mesmo condomínio, e levava o bebê, que ainda mamava.

No dia 14 de dezembro de 2015, uma segunda-feira, por volta das 20 horas, Vitória saiu com o filho para a casa do namorado, como fazia todos os dias. A mãe cuidava do comércio da família, quando ouviu apenas um tiro. Acostumada com os sons da violência na periferia, não imaginou que fosse com a sua filha. No outro bloco, os vizinhos escutaram o barulho do disparo e o choro incontrolável de um bebê. O namorado de Vitória saiu correndo pelas escadas e fugiu dizendo ter sido um acidente.

Os vizinhos entraram na casa e acolheram o bebê, sujo nas costas com a pólvora do disparo. Um amigo da família avisou a mãe da adolescente. Quando ela chegou ao apartamento, a filha ainda respirava na rede.

Vitória tinha 17 anos quando foi morta pelo namorado enquanto acalentava seu filho para dormir, amamentando-o em uma rede. Cinco meses depois do assassinato, o crime não tinha sido sequer encaminhado à Delegacia de Homicídios.

Apesar de sua história diferir da de outros assassinatos de adolescentes no Ceará, ela dialoga diretamente com todo o contexto que é pano de fundo para as tramas da violência atual. Machismo, autoritarismo, racismo, desigualdade e circulação de armas são presentes e fortes no Ceará e em outros estados brasileiros. Vitória era adolescente, mulher e moradora da periferia.

A CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

Como Vitória, a maioria dos jovens assassinados (72,6%), em Fortaleza, foi criada por sua família biológica e convivia com mãe e pai. Boa parte das mães entrevistadas pela pesquisa na capital também ficou grávida na adolescência do adolescente vítima de homicídio e/ou de um irmão dele (55,4%).

Assim, muitas delas se tornam mães bem jovens, ainda em uma etapa de desenvolvimento individual, e é sobre elas que recai toda responsabilidade sobre uma nova pessoa, sem um compartilhamento efetivo dessas atribuições com o pai da criança.

Mulheres com “duplas” e até “triplas” jornadas de trabalho constroem a si mesmas e as suas concepções sobre o mundo e sobre sua vida no desempenho diário das funções sociais exigidas pela condição que assumiram. Cabe a elas o encargo exclusivo por suas famílias. Muitas delas, inclusive, se autoproclamam as responsáveis pelos filhos e demais familiares, bem como pela renda da casa.

Com isso, a “culpa materna” ganha contornos diferentes, se acentuando cada vez mais, pois são elas que geralmente acompanham a vida escolar dos filhos, os cuidados com a saúde, os conflitos entre irmãos e com a comunidade, compram a comida, as roupas, pagam o aluguel, enfim, assumem a responsabilidade afetiva e financeira de sua família. Os entrevistados, na capital, afirmaram que a mãe era a pessoa responsável pelo adolescente em 85,62% das respostas.

Contrariando o senso comum, que teima, muitas vezes, em classificar essas famílias como “desestruturadas”, há uma convivência familiar entre mães, pais e irmãos que precisa ser reconhecida e considerada nas políticas públicas e sociais destinadas às famílias vulneráveis a situações e cenário de violência.

Sobre a escolaridade da mãe e do pai, o ensino fundamental incompleto predominou (48,8% das mães e 41,3% dos pais) em Fortaleza. Poucos familiares concluíram o ensino médio (10% das mães e 13,7% dos pais) e menos ainda o ensino superior (2,3% das mães e 1,7% dos pais).

Em geral, os níveis de escolaridade de mães, pais e filhos assassinados não se diferenciam muito na capital cearense. Apesar de os pesquisadores não terem encontrado nenhum adolescente analfabeto entre os casos analisados, também não houve incremento de sua escolaridade em relação à educação de seus pais. Fatores como a precariedade do ensino público e a entrada precoce no mundo do trabalho se repetem numa triste coincidência entre as gerações.

Em relação à renda familiar, mais de dois terços dos entrevistados em Fortaleza recebiam de um a dois salários mínimos (67,1%). Apenas 10,2% das famílias responderam ter renda superior a dois salários mínimos e 18,4% declararam receber menos de um salário mínimo.

A maioria dos 224 familiares que participaram da pesquisa, em Fortaleza e em outros seis municípios cearenses, é beneficiária do Programa Bolsa Família (68,7%), que despontou no estudo como uma política significativa do sistema de proteção social brasileiro, especialmente para mulheres que recebem e administram a renda de sua família.

As casas em que os adolescentes vítimas de homicídio moravam foram descritas como pequenas, apertadas e com cômodos insuficientes para todos os moradores, sendo muitos deles utilizados para mais de uma função, como a sala que vira quarto e a cozinha que vira sala. Praticamente todas as famílias entrevistadas tinham fogão (94,5%), televisão (92,4%), cama (91,7%) e celular (87,6%).

Tanto em Fortaleza como nos demais municípios analisados pela pesquisa, conviviam, com frequência, no mesmo espaço, avós, tios, primos, entre outros. Em mais da metade das famílias (54,9%), de quatro a seis pessoas residiam na casa.

VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR

A violência intrafamiliar contra a criança e o adolescente é um fenômeno que se expressa de diversas formas (física, psicológica e simbólica) e não pode ser naturalizado ou reduzido à pobreza, pois atinge todas as classes sociais.

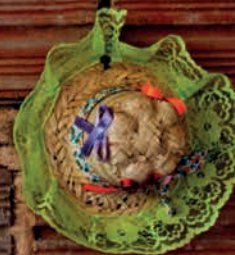
Segundos os relatos dos familiares entrevistados, 36,9% dos 146 adolescentes vítimas de homicídio em Fortaleza já tinham sido agredidos fisicamente em sua casa, com surras, tapas e murros. Outros 36,3% foram castigados e 21,3% agredidos com objetos como cintos, chinelos, cordas, cigarros e madeiras. Já os que não sofreram violência intrafamiliar com frequência durante sua vida somaram 31,5% (46 do total).

Em situações de conflito familiar, praticamente um quarto das famílias entrevistadas (23,2%) disse não considerar necessário recorrer a algum apoio institucional, 10,2% revelaram não acreditar em apoios institucionais e 7,5% afirmaram não ter informações sobre as instituições a que poderiam recorrer.

Inseridas em comunidades nas quais os serviços públicos são escassos, ineficazes e, muitas vezes, inexistentes, a circulação de armas e drogas é comum e os conflitos interpessoais são resolvidos de forma violenta e, muitas vezes, letal, as famílias vulneráveis aos homicídios na adolescência precisam ser ouvidas e cuidadas.

Fatores como gravidez na adolescência, consumo de drogas, precariedade estrutural das casas e baixa escolaridade dos responsáveis também devem ser tratados como determinantes para as situações de vulnerabilidade. Sobrepostas, estas ocorrências são características dos processos de exclusão social que muitas famílias brasileiras atravessam e enfrentam como podem.

CAPÍTULO 3



Nas casas dos adolescentes assassinados, as lembranças de infância ainda estão presentes



A HISTÓRIA DE ANTÔNIO E OS PERCURSOS DE ADOLESCENTES VÍTIMAS DE HOMICÍDIO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Antônio começou a trabalhar aos 6 anos e frequentou pouco a escola. Morreu aos 12 anos sem conseguir reconhecer todas as cores e letras. Sua história é emblemática de uma realidade que não é só dele. De maneira geral, as instituições de educação, jurídicas ou de saúde e assistência não se apresentaram como espaços de suporte na vida desses adolescentes

Tratado sempre no diminutivo pelos familiares, Toinho morava com a avó, de 73 anos, duas primas e três irmãos mais novos em uma casa de um único cômodo coberto, sem serviço de água e esgoto. Numa tarde de janeiro de 2015, ele foi morto em um terreno baldio próximo de lá. Tinha 12 anos.

Os registros de uma matéria jornalística veiculada em rede nacional e o depoimento da avó indicam que ele teria sido assassinado por outros jovens a pedradas por ter presenciado um conflito de duas importantes favelas da área. Segundo a avó, alguns adolescentes chegaram a ser apreendidos, mas depois foram soltos. Em outra versão, o adolescente estaria envolvido com o tráfico local, tendo sido morto por isso, possibilidade negada por vizinhos, moradores, familiares e professores que o descreveram como “um menino trabalhador” e ativo.

Dos 6 aos 12 anos, quando morreu, Toinho sempre teve alguma ocupação, trazendo para casa alguns trocados. De acordo com uma prima, com 8 anos “ele já tinha salário e trabalhava com tudo que podia para ter as coisas dele e da gente”.

Criado pela avó desde pequeno, quando foi abandonado pela mãe, Antônio frequentou pouco a escola. Morreu sem conseguir reconhecer todas as cores e letras.

Embora vissem nele atitudes de adulto, inclusive no que se refere à sexualidade, os familiares garantem que Antônio foi um garoto que “teve infância”. “Brincava de arraia, bila, futebol, de dançar, de ser vendedor e construtor. Ele era fechado, não conversava com os outros de fora não, mas aqui, comigo e a vó, ele dançava, ria, brincava, era feliz”, relembra uma prima.

“Quero que as pessoas que assassinaram meu neto – e todo mundo, na verdade – quando colo-

carem a cabeça no travesseiro não esqueçam da vontade de justiça, da esperança e da dor que carregou”, desabafou Heloísa, a avó de Antônio. “Tinha certeza que [Toinho] seria um grande homem e [ele] se acabou assim, com ódio e pedradas, na comunidade que eu vi nascer e que se transformou nesse cemitério que é para mim hoje.”

ABANDONO ESCOLAR

De todos os irmãos e primas de Antônio, apenas um estudava. Os demais estavam impedidos de frequentar a escola por conflitos na própria instituição ou porque perderam documentos e/ou prazos de matrícula.



FOTO: DAVI PINHEIRO

Mais de 70% dos adolescentes assassinados em 2015, nas sete cidades cearenses, estavam fora da escola há pelo menos seis meses, segundo o levantamento feito com 224 famílias entrevistadas. Um enredo de exclusão que se repete com seus irmãos, primos e amigos.

A escolaridade é comprovadamente um fator de proteção importante contra o homicídio⁴ e poderia contribuir para a redução desse tipo de mortalidade na adolescência. Garantir a permanência desses adolescentes na sala de aula é hoje, no entanto, um dos nossos principais desafios.

Em um grupo focal com profissionais da rede pública de educação do estado, a diretora de uma escola de Fortaleza reconheceu que há muitas dificuldades para manter os jovens na escola, algumas delas extrapolam, inclusive, a capacidade de resolução da instituição de ensino.

“Você tem uma aluna excelente no 3º ano do ensino médio. Ela está se preparando para o Enem

“Tinha certeza que [Toinho] seria um grande homem e [ele] se acabou assim, com ódio e pedradas, na comunidade.”

Heloísa, avó de Antônio

e desiste da escola. Por que desistiu? Você chega para a mãe e fala ‘deixa a menina ir para a escola’ e ela diz ‘não, se ela for, vão matar’(sic)”, exemplificou a diretora. “É revoltante estar no meio e não poder fazer nada”, lamentou a diretora.

Segundo os profissionais que participaram do grupo, o corpo gestor muitas vezes se depa-

4 CERQUEIRA et al (2016). Em nota técnica, pesquisadores do Ipea identificaram que a melhora nos indicadores de qualidade escolar impacta na redução significativa do número de homicídios e que, quanto mais anos de estudo, menos provável um indivíduo jovem ser vítima de homicídio.

ra com situações, como esta relatada pela diretora de Fortaleza, que demandam ajuda de diferentes áreas e secretarias.

Outro motivo que afasta o adolescente da escola é o “desinteresse”, identificado em 78 (53,42%) dos 146 casos analisados na capital. Desinteresse que as famílias tentam de alguma forma contornar, na maioria das vezes sem sucesso. Uma das mães entrevistadas lembrou que matriculou o filho em diferentes escolas do bairro, mas o adolescente, que acabou mais tarde sendo morto, sempre fugia.

A necessidade de trabalhar ou ficar em casa para cuidar dos irmãos mais novos e a falta de estruturas comunitárias, como creches, também foram apontadas como possíveis causas para o abandono escolar.

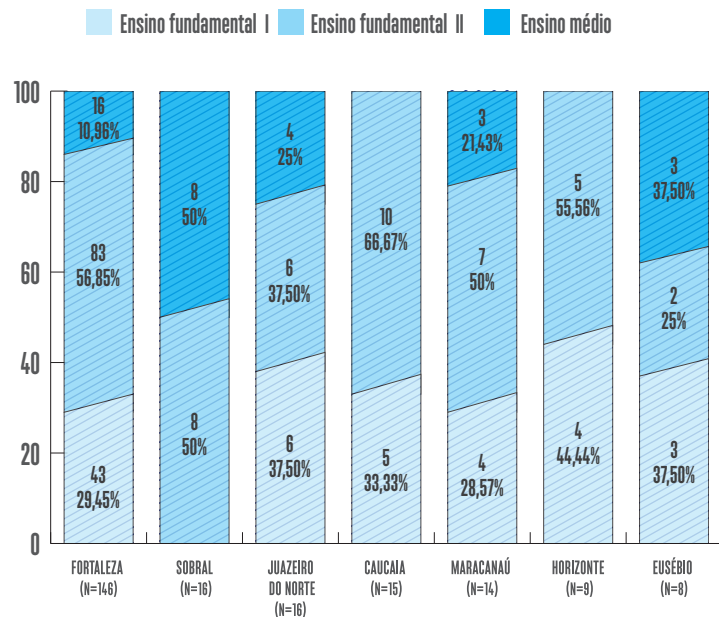
“Quando o menino falta cinco vezes, pode ir atrás que o problema ali está grave. Pode ser a mãe usando o menino para ficar com o menor (*irmão mais novo*), que a gente vê muito quando há evasão, ou pode estar botando o menino para trabalhar”, comentou outra diretora de escola do estado que também participou do grupo focal.

De modo geral, no entanto, o trabalho não foi apresentado pelos familiares entrevistados como um forte motivador da saída da escola. Em Fortaleza, cidade que somou o percentual mais representativo desta alternativa, 8,9% dos entrevistados (13 do total) indicaram que os adolescentes assassinados haviam se afastado da escola para começar a trabalhar.

Independentemente do motivo que leva à exclusão escolar, a realidade é que o nível de escolaridade dos adolescentes pesquisados pelo Comitê é baixo. Segundo os familia-

res entrevistados, a maior parte das vítimas não completou sequer o ensino fundamental (veja gráfico abaixo).

Nível de escolaridade dos jovens assassinados



Fonte: Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência

POUCO ACESSO À REDE DE SAÚDE

A maioria de adolescentes vítimas de homicídio em Fortaleza também só procurava o serviço de saúde quando ficava doente, segundo relato de 106 das 146 famílias entrevistadas (72,6%).

Por trás da baixa frequência de acesso a esses serviços, há um contexto preocupante. Segundo um médico de família, que atua há três anos em uma unidade de saúde situada em um bairro da periferia de Fortaleza, há pouco incentivo e despreparo das equipes de saúde com o público adolescente. “Os profissionais,

quando veem um menino lá [na Unidade Básica de Saúde], às vezes, querem até enxotar porque acham que está lá para fazer bagunça”, revelou.

A perspectiva de uma metodologia específica para adolescentes apareceu ainda na pesquisa como uma preocupação da rede de atenção psicossocial. “No CAPS AD [Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas], direcionado ao público adulto, geralmente, não chega jovem”, relatou um psicólogo membro de um projeto de extensão da Universidade Federal do Ceará. “Primeiro, porque a gente não tem ‘perna’. Segundo, porque a maioria não reconhece como problema a sua relação com uso de substâncias”, explicou. Segundo ele, ainda não há uma agenda que contemple o fenômeno da violência na saúde mental.

Tanto o médico quanto o psicólogo que participaram da pesquisa concordaram que há necessidade de se pensar estratégias de aproximação com os adolescentes. Segundo eles, quanto maior a situação de vulnerabilidade social vinculada ao uso de substâncias psicoativas, mais esses jovens necessitam de uma ação proativa dos serviços de saúde em espaços comunitários. Ambos, no entanto, reconhecem que o surgimento de iniciativas como esta esbarra, entre outras coisas, no número reduzido de equipamentos e profissionais.

Em relação ao uso abusivo de drogas na adolescência, a pesquisa não coletou informações suficientes para quantificar em que medida isso ocorreu. Identificou, no entanto, se o adolescente vítima de homicídio experimentou ou não algum tipo de substância psicoativa. Segundo os familiares entrevistados, em Fortaleza, maconha

(61,6%), álcool (41,7%) e cigarro (29,4%)⁵ foram as mais citadas. As demais cidades seguiram uma tendência semelhante.

ESCASSEZ DE PROJETOS SOCIAIS

Apesar de o contexto social das famílias e dos locais onde moravam ser propício para sediar projetos sociais diversos, as narrativas ouvidas pelo Comitê também indicaram pouca participação dos adolescentes pesquisados em atividades deste tipo. Com exceção de Sobral, em que quase um terço dos adolescentes havia participado de algum projeto social, todas as outras cidades tiveram mais de 50% de respostas negativas.

No estudo, ficou claro o não conhecimento e a não participação das famílias em ações deste tipo, gerando um círculo vicioso: quanto mais elas não acessam os serviços ou projetos existentes, mais saem do seu perfil de atendimento.

TRABALHO IRREGULAR E PRECÁRIO

Como Antônio, que trabalhou dos 6 aos 12 anos, quando morreu, em construção, borracharia, feiras livres e outras ocupações, os adolescentes vítimas de homicídio nos sete municípios analisados tiveram, em geral, alguma experiência de trabalho, a maioria delas na informalidade (veja gráfico na página ao lado).

Apenas quatro (três em Fortaleza e um em Caucaia) dos 224 jovens de 12 a 18 anos, cujas histórias foram analisadas na pesquisa, nunca haviam trabalhado. Também foram raros os casos em que as atividades ocorreram protegidas pela lei, como estagiários ou jovens aprendizes.

⁵ Com relação à experimentação de algum tipo de droga, os familiares podiam responder mais de um item, se fosse o caso.

O estudo só registrou três situações desse tipo, em Fortaleza, o equivalente a 2% das respostas.

De maneira geral, os entrevistados descreveram os adolescentes em trabalhos pontuais, como pequenas compras, entregas, entre outros. Remuneradas com “alguns trocados”, segundo os familiares, essas atividades costumavam acontecer de acordo com o que surgia no dia. Num contexto em que o trabalho regularizado é escasso, sobretudo para os jovens, a informalidade e a ilegalidade podem se cruzar com facilidade.

No grupo focal com educadores e profissionais da área de saúde, a falta de oportunidades qualificadas de emprego para os adolescentes foi uma fala recorrente. “A gente fica abismada com o potencial desses meninos, que está sendo perdido porque eles não têm oportunidade”, lamentou a diretora de uma escola de Fortaleza.

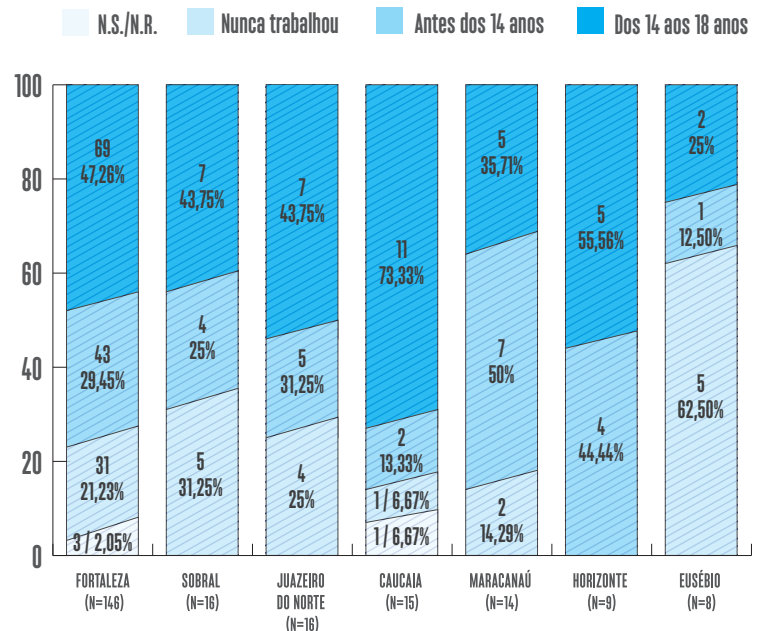
REDE DE PROTEÇÃO E APOIO FALHA

O percurso dos adolescentes por várias siglas de projetos e programas parece ser a realidade de muitas famílias, que acabam não tendo o apoio institucional que precisariam para superar as múltiplas desigualdades e vulnerabilidades.

Em vez de políticas públicas atuando na proteção e na defesa desses adolescentes, o que acaba sendo visto, muitas vezes, de acordo com os relatos, são práticas punitivas e normalizadoras por gestores e técnicos.

Para um conselheiro tutelar participante do grupo focal, uma conversa respeitosa e harmoniosa com a família deveria ser uma prática comum nos conselhos tutelares, mas não é o que acontece. Hoje, segundo ele, a representação social do Conselho Tutelar se confunde com a ação

Idade da primeira experiência de trabalho



Fonte: Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência

policial. “O carro do Conselho parece o do RAI0 [tropa especial da Polícia Militar do Ceará]. Quando chega, corre todo mundo. Todo mundo quer que eu prenda”, relatou.

Instituições como o Conselho Tutelar e o Centro de Referência da Assistência Social (Cras) apareceram durante a pesquisa como equipamentos que possuem boa capilaridade nos territórios vulneráveis das cidades e que, de forma geral, as famílias conhecem.

Apesar disso, o acesso a eles ainda é dificultado. No caso do Cras, o equipamento não parece dispor de profissionais suficientes e, possivelmente, de programações atrativas à comunidade, em especial aos adolescentes. “Não consigo perceber algo de fato atrativo para eles”, observou uma téc-

nica durante a realização do grupo focal. “Nós não temos o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para adolescentes”, completou.

Num cenário em que, não raras vezes, os profissionais veem os jovens e as suas famílias como os responsáveis por sua vulnerabilidade ou “sem grandes possibilidades de saída” dessa situação, poucos familiares também admitiram buscar alguma instituição em situação de conflito. Das 146 famílias entrevistadas em Fortaleza, somente 36 (24,6%) recorreram a esse tipo de ajuda. Deste percentual, quase metade procurou instituições religiosas (5,5%) ou fez menção à Assistência Social e à Saúde (4,8%).

Em relação à amostra total, o percentual mais significativo no que se refere à busca por apoio institucional foi em Eusébio, onde quatro das oito famílias pesquisadas (50%) relataram ter procurado suporte nas instituições de Segurança Pública, Saúde e Assistência Social. Em Caucaia, somente uma das

15 famílias ouvidas disse recorrer a instituições de Justiça. Nenhuma outra instituição foi citada. Já em Horizonte, nenhuma família relatou ter recorrido a instituições quando em situação de conflito.

Fragilizadas pela morte do adolescente, muitas famílias internalizam um processo de culpabilização pelo trágico desfecho. Também, segundo os pesquisadores, foi comum se deparar com mães dizendo: “Vocês, foram os primeiros que apareceram após a morte do meu filho”, denunciando o abandono do Estado diante dessa demanda.

De maneira geral, as instituições jurídicas ou de educação, saúde e assistência não se apresentaram como espaços de suporte e esclarecimento na vida dessas famílias.

Em um grupo focal realizado com profissionais da rede socioassistencial, o diretor de um centro socioeducativo localizado em Fortaleza narrou a história de vida de um adolescente vítima de homicídio que sintetiza este abandono



Os adolescentes assassinados não tinham, em sua maioria, participado de projetos sociais

recorrente: “Quando o João morreu, ele tinha matado 14 pessoas. Olhando para a história dele, vejo a fragilidade das relações. Aquele menino não era da família, não era da vizinhança, não era da comunidade. Ele não era de ninguém”.

A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA E OS CASOS PESQUISADOS

Em quase metade (46%) dos 146 casos analisados em Fortaleza, os adolescentes vítimas de homicídio já haviam cumprido alguma medida socioeducativa. Nas demais cidades pesquisadas, este percentual é de pouco mais de um terço (35%).

Na capital, a medida mais aplicada foi privação de liberdade (27,3%), seguida por liberdade assistida (17,1%) e prestação de serviço à comunidade (6,8%). Nas demais cidades, apesar de os percentuais terem sido diferentes, esta tendência se repetiu.

O que também parece não ter mudado é a falta de impacto positivo desta política na vida do adolescente. De acordo com os relatos, as unidades de internação do Sistema Socioeducativo parecem ter aumentado o cenário de vulnerabilidade em que esses adolescentes se encontra-

vam, perpetuando a violência policial sofrida nas comunidades.

A atuação do Poder Judiciário foi ainda vista, em alguns casos, como disforme e equivocada, levando à apreensão de adolescentes meses e até anos depois da prática do ato infracional, o que dificulta que o jovem estabeleça qualquer relação entre o ato cometido e a aplicação da medida.

Além disso, o monitoramento do Sistema Socioeducativo do Ceará, realizado pelo Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente em Fortaleza, em 2014, aponta que os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas), nos quais se executa o serviço de atendimento de Liberdade Assistida, efetuam, em sua maior parte, atendimentos mensais. As visitas domiciliares também são pouco frequentes, ocorrendo, em sua maioria, apenas semestralmente.

Uma demora que pode ter grande impacto na trajetória de vida do adolescente, como narrou uma das mães entrevistadas: “Foi tudo muito rápido. Ele viveu tudo de uma vez. Em um ano, se envolveu com más amizades, deixou a escola, brigou, assaltou, usou drogas, recebeu medida socioeducativa e foi assassinado”.

“Aquele menino não era da família, não era da vizinhança, não era da comunidade. Ele não era de ninguém.”

Diretor de um centro socioeducativo em Fortaleza



FOTO: DAVI PINHEIRO

CAPÍTULO 4

NEGRO
E, NA
NA
NA
STA



HERÓI
DE
PRETO
É
PRETO

Sofrimento, medo e uma grande sensação de injustiça marcam as narrativas das mortes violentas dos adolescentes

A HISTÓRIA DE CARLOS E A DINÂMICA DA VIOLÊNCIA CONTRA ADOLESCENTES

Em geral, os homicídios de adolescentes se concentram em alguns poucos territórios das cidades, nas áreas mais vulneráveis. Em Fortaleza, 44% dos assassinatos ocorreram em apenas 17 dos 119 bairros. Metade dos adolescentes morreu a cerca de 500 metros do lugar onde morava, por causa de conflitos na própria comunidade, como aconteceu com Carlos

Carlos era um adolescente negro, pobre, de periferia e fazia questão de reconhecer-se assim. Ao perguntarmos aos seus pais como ele se declarava em relação à sua cor, a resposta foi enfática e quase conjunta: “Ele se reconhecia negro. Ele era negro”.

Os relatos e as lembranças da sua vida foram contados por diversas fontes da família: pais, irmã e primas, com quem mantinha uma relação muito próxima e amigável.

Descrito como disciplinado e responsável, o adolescente morava com a sua família em uma rua de difícil acesso, na divisa entre os bairros José Walter e Planalto Ayrton Senna, em Fortaleza. Era o segundo de três filhos.

Muito próximo da família, Carlos gostava de organizar festas, reunir os primos e brincava com todo mundo. Não era de brigar na rua ou em qualquer outra situação, nem bebia. Tomou um ou dois copos de cerveja pela primeira vez alguns meses antes de ser assassinado. Aos domingos, costumava frequentar a lagoa da Maraponga para “curtir uns sons”, segundo as primas.

Durante a sua curta vida, o jovem só teve duas namoradas. A primeira delas chegou a morar com a família. “Namorico de adolescente que ficou sério”, afirmou a irmã. Já a segunda não costumava frequentar a casa dos seus pais, e a relação com a família – definida pelos relatos como um “pouco conflituosa” – pode estar relacionada a um dos motivos que levaram ao seu assassinato.

Os familiares contam que ela era mais velha que ele, já havia sido casada e tinha filho de outro relacionamento. Segundo o pai do adolescente, algum tempo antes do crime, ele recebeu um telefonema do ex-marido da namorada de Carlos ameaçando seu filho. O homem dizia que ele estava “vacilando” e que tomasse cuidado para não “rodar”.

Poucos meses antes de morrer, o adolescente também começou a trabalhar com o padrinho em consertos de ar-refrigerado. Já estava ganhando o seu dinheiro e dizia que iria ajudar o pai a reformar a casa. Tinha planos de alugar uma casa de praia para levar toda a família e os

amigos para comemorar seu aniversário de 18 anos, como o pai havia feito nos seus 15 anos. Morreu um dia antes de seu padrinho assinar sua carteira de trabalho.

Por volta das 21 horas, Carlos estava sentado na calçada de casa conversando com um primo, como fazia todas as noites, quando foi assassinado. Seus pais, Lucimar e Claudio, assistiam televisão, deitados na cama, quando ouviram o barulho. “Escutei o tiro que matou meu filho”, contou a mãe. Os dois levantaram assustados e viram Carlos caído no chão.

A marca daquela noite ainda está na porta, em um buraco de bala. O inquérito do caso, no

Outra das hipóteses levantadas pela família para o assassinato é o fato de ter sido um engano. Carlos se parecia muito com um primo, envolvido em roubo de cargas, que estava sendo ameaçado de morte. Embora desejem justiça, os familiares aparentam ter muito medo de mexer no processo.

Emocionado, o pai relatou que algumas vezes fica imaginando o filho chegando em casa, depois do trabalho. Para perpetuar essas lembranças, a família fez um vídeo com fotos do adolescente com amigos, primos, tios e os pais em diversas situações, como festas e atividades no judô, seu esporte preferido. A música de fundo é uma canção evangélica, a preferida de Carlos.



FOTO: DAVI PINHEIRO

Metade dos homicídios de adolescentes em Fortaleza em 2015 aconteceu em média a 500 metros de distância da casa da vítima

entanto, não foi aberto. De acordo com os pais, não houve interesse por parte da delegada.

Segundo os vizinhos, os atiradores, que estavam em uma moto e de capacete, haviam passado em frente à casa, olhando o movimento, antes de efetuar os disparos. Carlos ainda tentou entrar em casa, mas não conseguiu.

VIDA COMUNITÁRIA CONFLITUOSA

A história de Carlos foge de qualquer estereótipo apresentado pela sociedade e pela mídia que insiste em criminalizar e colocar na “vala comum” todos os jovens negros e pobres vítimas de violência na periferia. Ao mesmo tempo, reúne características de um conjunto significativo de casos

de adolescentes que foram mortos por armas de fogo em Fortaleza e nos outros seis municípios do Ceará estudados pelo Comitê (Caucaia, Eusébio, Horizonte e Maracanaú, na Região Metropolitana, Sobral e Juazeiro do Norte, no interior do Estado). Neste trágico enredo, uma diversidade de variáveis se complementa e se entrelaça, repetindo um padrão semelhante em muitos cantos do Brasil.

Neste cenário, dois pontos se sobressaem:

- ◆ O contexto de conflitos e violência armada.
- ◆ E o baixo esclarecimento e responsabilização dos assassinatos em territórios vulneráveis.

Conflitos com traficantes e outros criminosos, vinganças, crimes passionais e desentendimentos estão entre as principais causas de homicídio dos adolescentes

Segundo a narrativa dos 146 familiares dos adolescentes assassinados em Fortaleza, em 2015, 59 adolescentes (40,41%) tinham algum conflito no bairro. Nos demais municípios pesquisados, esta realidade não foi tão diferente, com exceção de Caucaia (20%) e Maracanaú (14%).

A maioria dos adolescentes assassinados morreu próximo ao lugar onde morava. Em Caucaia, por exemplo, 87% dos adolescentes foram assassinados no bairro onde viviam. Com infraestrutura e serviços precários, estes bairros fazem da segregação urbana um fator que contribui para a vulnerabilidade à violência letal.

De forma geral, os conflitos que acontecem em âmbito comunitário acabam resultando em muitas mortes, sendo citados por praticamente metade dos entrevistados em Horizonte (44,4%) e Sobral (43,7%).

Segundo a pesquisa, estes conflitos estão relacionados a quatro motivações principais: con-



FOTO: FLUIPE A BUD

flitos com traficantes e outros criminosos, vinganças, crimes passionais e desentendimentos. Em Fortaleza, estas causas de morte, somadas, representam mais da metade dos casos de homicídios (54,10%).

Em um cenário de violência tão difusa, em que a força aparece como um elemento consti-

tuíte e determinante para a resolução dos mais diferentes conflitos, professar uma fé e não possuir vínculos com o mundo do crime não torna o adolescente menos sujeito à violência, como mostrou a história de Carlos.

Em Fortaleza, o percentual das chamadas “mortes por engano” chegou a 14,38%. Já em Sobral representaram 43,75% das causas. No intuito de eliminar um “inimigo”, gangues ou outros grupos acabam matando quem encontram pelo caminho⁶.

Em alguns casos, os conflitos estavam relacionados à mobilidade dos adolescentes no seu próprio território. Transitar em um território proibido – ainda que para poder visitar a mãe – como foi o caso de Gilson, de 15 anos, foi apontado como causa para muitos dos assassinatos.

De acordo com o levantamento, 36,98% das famílias entrevistadas em Fortaleza relataram que os adolescentes eram impedidos de frequentar algum espaço, rua ou território por causa de conflitos diversos, como os relacionados a tráfico de drogas (13,01%), rixas entre grupos rivais (26,71%) ou conflitos individuais (4,11%).

Mais de 50% dos adolescentes vítimas de homicídio haviam sido ameaçados antes de ser mortos, apenas na capital. No geral, quase metade das vítimas consideradas pela pesquisa tinha conhecimento do risco que corria, abrindo-se aí a possibilidade de que algo pudesse ser feito.

Gilson, por exemplo, sofria ameaças dos “amigos” que moravam na mesma favela em que residia a mãe. Atingido por dois tiros nas costas e quatro na cabeça, ele morreu no pró-



Transitar em território proibido foi apontado como causa para muitos dos assassinatos de adolescentes nos municípios pesquisados

⁶ O quadro de acerto de contas entre grupos rivais vem, no entanto, sendo modificado com a presença de organizações criminosas de outros estados, que têm reconfigurado a territorialidade do espaço em que moram.

prio local. Segundo o pai, o crime foi praticado por um grupo que já realizou outros assassinatos na região.

Como no caso de Gilson, a maioria das ameaças foi ignorada pelos adolescentes e por suas famílias e 32,88% delas resultaram em morte em Fortaleza. “Os meninos daqui não têm medo de azar não”, relatou a avó de um dos adolescentes mortos.

Somente quatro dos 146 entrevistados (2,74% do total) declararam ter acionado a rede de proteção. Em geral, o desconhecimento sobre estes órgãos ainda é bastante elevado.

de fogo são os principais meios utilizados nas execuções. Apesar disso, o funcionamento do mercado ilegal e sua interrelação com os homicídios ainda permanecem um campo aberto a ser explorado.

Nos depoimentos dos familiares, as dinâmicas de obtenção e posse de armamentos são descritas de forma tangencial, sem muitos detalhes. Um grupo focal promovido pelo Comitê com membros dos órgãos de segurança abordou, no entanto, a precariedade do controle estatal no monitoramento e nos mecanismos de circulação das armas de fogo. “A entrada de

No Ceará, as armas de fogo
são os principais meios
utilizados nas execuções



FOTO: LUCAS MOREIRA

VIOLÊNCIA ARMADA

As armas de fogo têm importância fundamental no incremento das mortes de adolescentes. Em Horizonte, todos os adolescentes vítimas de homicídios em 2015 foram mortos por arma de fogo. Em Fortaleza, este percentual chegou a 95% dos casos analisados na pesquisa. Segundo o Mapa da Violência 2016, Fortaleza foi a capital que mais matou por arma de fogo em 2014, com taxa de 81,5 mortes por 100 mil habitantes. No Ceará, as armas

arma no Brasil não tem controle efetivo, é fato! Junta-se a isso a questão do amplo comércio de armas em vários níveis sociais, em especial no mundo policial”, disse um oficial da PM que participou deste grupo.

O que se vê, segundo ele, é uma circulação incessante de armas apreendidas e que, por diversos motivos, acabam retornando ao mundo do crime, alimentando a espiral de violência letal que vitima nossos adolescentes.

MORTES SEM ESCLARECIMENTO

A narrativa das mortes violentas de adolescentes moradores das periferias dos sete municípios cearenses é marcada pelo sofrimento, pelo medo e por um grande sentimento de injustiça.

Até dezembro de 2016, houve a responsabilização, em primeira instância, em apenas 42 dos 1.524 processos de homicídios de adolescentes protocolados no Sistema de Justiça em Fortaleza nos últimos cinco anos, o que corresponde a 2,8% do total.

Apesar de seguir diversos itinerários, as narrativas das mortes impunes ou sem respostas são um ponto em comum nas histórias. Durante a pesquisa, 117 (40%) das 292 famílias que tiveram filhos assassinados em Fortaleza não possuíam sequer seus endereços identificados nos órgãos de segurança pública que têm a função de investigar esses crimes e apontar seus autores.

A grande maioria das famílias também não demanda a abertura de inquérito para investigar o assassinato dos adolescentes. Muitas delas nem mesmo conhecem este instrumento legal. A descrença na capacidade de atuação do sistema de justiça criminal, além do temor de sofrerem retaliação, faz com que os familiares, em geral, desistam de levar o caso adiante.

Apesar de em boa parte desses homicídios existirem indícios de sua autoria, só 10% das famílias afirmaram que o autor do crime foi preso ou detido pela morte do adolescente em Fortaleza. Em Maracanaú, Sobral, Juazeiro do Norte e Eusébio, nenhuma pessoa foi presa ou detida. Nas demais cidades, o cenário de mortes sem esclarecimento e responsabilização se repetiu, reforçando a sensação de injustiça dos familiares que tiveram seus filhos assassinados.

CULTURA DA VIOLÊNCIA

Em Fortaleza, a maioria dos entrevistados afirmou que a morte de seus filhos teve cobertura dos chamados programas policiais (66,4%). Em Juazeiro do Norte, todos os casos incluídos na pesquisa foram divulgados pela imprensa.

A cobertura, que poderia contribuir para a apuração dos casos de violência, acaba, no entanto, reforçando estereótipos que colocam, em muitos casos, as vítimas de homicídio, sobretudo os adolescentes e jovens moradores de periferia, como os verdadeiros responsáveis por sua própria morte.

INTERAÇÃO VIOLENTA COM A POLÍCIA

Para os familiares dos adolescentes assassinados, a polícia também causa mais temor do que sensação de segurança. Somente 14,39% dos 146 entrevistados em Fortaleza alegaram que se sentem protegidos pelo policiamento realizado no bairro. Mais da metade dos familiares ouvidos (55,48%) revelou que as vítimas de assassinatos já haviam sido anteriormente alvos de agressão policial, e para 30,82% dos entrevistados a polícia atua mesmo de forma intimidadora.

Segundo Humberto, pai de um adolescente morto, a polícia não podia ver seu filho na esquina. “Batiam e metiam chibata” diz ele, relatando ainda que as filhas pequenas “saem tudo correndo” ao avistar um carro de polícia.

Em Fortaleza, 4,1% das mortes de adolescentes ocorreram por meio de conflitos com agentes públicos (policiais civis ou militares, guarda municipal, socioeducadores e agentes penitenciários), segundo os entrevistados.

Chacina da Grande Messejana: dor e indignação

Em se tratando de crimes atribuídos a agentes públicos, no período abrangido pela pesquisa, Fortaleza registrou sua maior chacina, a da Grande Messejana, em que 11 pessoas foram assassinadas (sete delas com menos de 18 anos de idade) e cinco feridas em um intervalo de 4 horas na madrugada do dia 12 de novembro de 2015.

Sob a acusação de participação direta na chacina, a Justiça decretou a prisão preventiva de 44 policiais militares em agosto de 2016 atendendo a uma denúncia do Ministério Público do Ceará, que qualificou o fato como uma “ação de represália, vingança e justificação”. Segundo o MP, a matança ocorreu de forma “planejada e intencional” por meio de um “cerco territorial”⁷.

Familiares que tiveram adolescentes assassinados durante a chacina prestaram depoimento aos pesquisadores do Comitê, fornecendo detalhes sobre as execuções.

Cláudio⁸, pai de um dos jovens mortos, revelou o temor que paira sobre todos os familiares destes adolescentes. Para poder lidar com a dor e a indignação, eles se uniram por meio de um grupo que busca respostas para o que aconteceu e justiça. “Tenho medo de nada, porque o máximo que pode acontecer é fazerem comigo o mesmo que fizeram com o meu filho”, desabafou Cláudio, que teve mais dois sobrinhos feridos gravemente naquela madrugada. Em relação ao dia da chacina, ele pontuou: “Tavam (sic) tudo limpo. Já chegaram atirando aleatoriamente”.

Tobias, outro pai que teve o filho assassinado, viu quando o adolescente chegou ao portão de casa baleado e com diversas marcas de agressão. O jovem morreu ali mesmo, sem ter a chance de ser levado com vida ao hospital, e o pai não tem dúvida sobre a autoria dos crimes. “Tenho certeza que foram os policiais (...) eles estavam em uma média de dez carros. Não podia ser vagabundo, vagabundo não se mascara. Foi a polícia, eu morro dizendo que foi a polícia”, contou.

O que aconteceu naquela noite nas ruas do Curió e São Miguel é ilustrativo de um fenômeno cruel, a “naturalização da morte”, pela sociedade, dos adolescentes pobres, negros e da periferia.



7 <http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2016/09/02/noticiasjornalcotidiano,3655732/chacina-da-messejana-pms-fizeram-cerco-para-matar-diz-investigacao.shtml>.

8 Todos os nomes foram trocados para preservar a identidade das vítimas e de seus familiares.

CAPÍTULO 5



FOTO: FILIPE ABUD

Mais da metade dos adolescentes vítimas de homicídio não havia participado de projetos sociais diversos, como os que levam esporte às comunidades

12 RECOMENDAÇÕES PARA A PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA

Todas as recomendações foram baseadas em evidências levantadas na pesquisa e podem ajudar a criar um caminho para evitar que se repitam histórias como as de Raul, Vitória, Antônio, Carlos e de tantos outros adolescentes assassinados no Ceará e em outros estados do Brasil

A pesquisa do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA) chegou a 12 evidências que resumem os dados mais ilustrativos das narrativas dos familiares sobre o assassinato dos adolescentes. Com base nestas evidências, de setembro a novembro de 2016 o CCPHA promoveu com diversas

instituições (UNICEF, Assembleia Legislativa do Estado, universidades, governo do estado, prefeitura de Fortaleza e sociedade civil organizada) reuniões periódicas para a construção de recomendações para a prevenção de homicídios na adolescência. Este trabalho resultou nas recomendações apresentadas a seguir.

1 GARANTIR A PROTEÇÃO DAS FAMÍLIAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Os homicídios de adolescentes impactam as famílias das vítimas, sobretudo as mães, que, em sua maioria, são mulheres jovens. Em Fortaleza, 55% dos adolescentes pesquisados eram filhos de mulheres que foram mães ainda na adolescência. Ao cuidar de outras crianças, elas se tornam mais vulneráveis, assim como seus filhos. Nas demais cidades, a pesquisa revelou um quadro semelhante, com exceção de Juazeiro do Norte.

Muitas dessas mães apresentam adoecimento psíquico, agravado por situações de intimidações e ameaças que fragilizam ainda mais a dinâmica familiar, comunitária e socioeconômica. Por isso, é recomendável a elaboração de

um protocolo intersetorial (saúde, assistência e segurança) de atenção a essas famílias, que inicie a notificação à rede de proteção social para garantir o atendimento jurídico e psicossocial por meio de programas de atendimento a vítimas de violência e núcleos especializados em infância e adolescência, de forma descentralizada nos territórios.

Também devem ser realizadas atividades de empoderamento das mulheres jovens e chefes de família, em articulação com os Centros de Referência da Assistência Social (Cras) e organizações comunitárias, proporcionando escolarização e profissionalização para garantia de direitos e projetos de vida de forma autônoma e digna.

2 AMPLIAR A REDE DE PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS DE PREVENÇÃO PARA ADOLESCENTES VULNERÁVEIS AO HOMICÍDIO

Amigos e familiares dos adolescentes são vítimas em potencial da violência, logo precisam de atenção prioritária da rede de atendimento. Em Fortaleza, 64% dos adolescentes pesquisados tiveram amigos assassinados.

A falta de infraestrutura comunitária e a ausência de programas e projetos com objetivo de prevenir e reduzir homicídios podem agravar a violência nessas áreas. Assim, é necessário que se desenvolvam ações de prevenção que foquem na rede de amigos e familiares dos adolescentes mortos. Entre elas está o aprimoramento do censo e do mapa de riscos sociais, incluindo todas as variáveis relacionadas aos homicídios de adolescentes (como circulação de armas de fogo no território, ameaças, conflitos

no território), para que as equipes interdisciplinares dos Cras e dos Centros de Referência Especializada da Assistência Social (Creas) possam trabalhar as demandas sociais dessas famílias.

É preciso, ainda, destinar orçamento aos Conselhos de Direitos de Crianças e Adolescentes, para que, por meio dos Fundos estadual e Municipais da Infância e Adolescência, possam investir nos territórios vulneráveis em iniciativas de prevenção e redução de homicídios de adolescentes, em parceria com organizações da sociedade civil, além de reformular o marco legal para transferências voluntárias entre estado e municípios, mediante a apresentação de um plano integrado de prevenção de homicídios de adolescentes.

3 PROMOVER A QUALIFICAÇÃO URBANA DOS TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS AOS HOMICÍDIOS

Os homicídios de adolescentes não se dão de maneira homogênea nas cidades. Em Fortaleza, 44% das mortes aconteceram em apenas 17 dos 119 bairros. Quase um terço dos homicídios ocorreu entre moradores de 52 comunidades (onde vive 13% da população da capital, em uma área equivalente a 4% do seu território). Esses bairros apresentam infraestrutura e serviços precários, tornando a segregação urbana um fator que contribui para a vulnerabilidade à violência. A maioria dos adolescentes pesquisados morreu no próprio bairro; em Caucaia, este número chegou a 87%.

Intervenções urbanas com participação comunitária, como a regularização fundiária e a melhoria das condições de habitabilidade, iluminação, saneamento, infraestrutura e equi-

pamentos sociais, são imprescindíveis para a prevenção de homicídios. Elas visam integrar territórios vulneráveis à cidade, considerando as dimensões espaciais e sociais.

Por isso, é necessário identificar os assentamentos precários, realizar planos diretores e desenvolver uma política de intervenção específica para essas áreas, que promovam sua urbanização integrada e a regularização fundiária aos seus moradores. Deve-se ainda estabelecer e/ou regulamentar as Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis) em territórios vulneráveis aos homicídios para reduzir as barreiras legais de investimentos, e garantir a equidade na distribuição do orçamento público por regiões, priorizando aquelas com maiores índices de vulnerabilidade.

4 REALIZAR BUSCA ATIVA PARA A INCLUSÃO DE ADOLESCENTES NO SISTEMA ESCOLAR

O abandono da escola é um sinal de alerta ao aumento da vulnerabilidade dos adolescentes ao homicídio. Com exceção de Sobral, todas as cidades apresentaram percentuais acima de 60% de abandono escolar pelo menos seis meses antes da morte.

A resposta ao abandono escolar deve fazer parte da estratégia de prevenção de homicídios de adolescentes. É importante estabelecer mecanismos para monitorar a frequência escolar e realizar a busca ativa de crianças e adolescentes que estão fora da escola, em uma ação intersetorial articulando educação, saúde e assistência social e que inclua parceria com os Conselhos Tutelares e os Cras. É preciso também fortalecer o acompanhamento pedagógico aos professores e a orientação educacional aos alunos para tor-

nar as escolas mais interessantes e adequadas às necessidades de aprendizagem dos adolescentes. Deve-se, ainda, implementar nas escolas que estão localizadas em territórios com maior concentração de homicídios programas de ingresso ou retorno de adolescentes mais vulneráveis, com acompanhamento socioassistencial e psicopedagógico individualizado.

Outra recomendação é abrir as escolas nos fins de semana para atividades artísticas, culturais, de esporte e lazer e criar comissões de atendimento, notificação e prevenção à violência doméstica contra crianças e adolescentes na rede pública e privada de ensino do Ceará, oferecendo formação continuada em mediação de conflitos para profissionais de educação.

5 PREVENIR A EXPERIMENTAÇÃO PRECOZE DE DROGAS E PROMOVER APOIO ÀS FAMÍLIAS

A experimentação de substâncias psicoativas, lícitas ou ilícitas, tem acontecido nos primeiros anos da adolescência. Em Juazeiro do Norte, 69% dos adolescentes pesquisados haviam experimentado algum tipo de droga entre 10 e 15 anos.

A política de combate às drogas tem levado a conflitos armados, ao encarceramento e a um número elevado de homicídios na adolescência. Uma abordagem não criminalizante é essencial para prevenir o uso precoce e abusivo de drogas. Por isso, é necessário ampliar e adequar a rede de atendimento

psicossocial para adolescentes, assim como estimular o financiamento de serviços comunitários com metodologias pautadas na redução de danos.

Recomenda-se também desenvolver um trabalho de orientação para os profissionais da rede socioassistencial e educacional para atuar junto às famílias de adolescentes sobre os efeitos do uso abusivo de drogas, além de ampliar a abordagem do Programa Saúde na Escola (PSE), incluindo a saúde mental e a prevenção ao uso abusivo de drogas lícitas e ilícitas.

6 PROMOVER A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E A PROTEÇÃO A AMEAÇADOS DE VIOLÊNCIA E MORTE

A vivência de muitos adolescentes é permeada por conflitos nos territórios onde residem. Tais conflitos, por vezes banais, levam a confrontos violentos, ameaças e tentativas de homicídio. Em Caucaia, 60% dos adolescentes mortos haviam sofrido ameaças.

Identificar conflitos pessoais e compreender a formação e as dinâmicas de grupos rivais compõe a estratégia para uma intervenção por meio da mediação e de práticas restaurativas em territórios mais vulneráveis aos homicídios, a fim de prevenir homicídios na adolescência, com investimento em ações nas escolas e comunidades. Também se recomenda desenvolver um programa de atendimento especializado com oficinas artísticas, culturais e esportivas

com adolescentes, fortalecendo ou criando espaços de participação nos quais esses jovens se sintam pertencentes à comunidade, para que desenvolvam competências de convivência que tanto ajudem a administrar conflitos de forma não violenta como a buscar apoio quando se sentirem ameaçados, além de favorecer a construção de projetos de vida distintos do envolvimento direto com a criminalidade.

É importante ainda ampliar as estratégias de proteção para adolescentes ameaçados de morte, além de promover a notificação dos casos de agressões e lesões corporais e realizar busca ativa aos adolescentes ameaçados de morte, para o devido encaminhamento à rede de proteção.

7 GARANTIR O ATENDIMENTO INTEGRAL NO SISTEMA DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

O sistema socioeducativo não tem alcançado seu objetivo de reorientar os projetos de vida de adolescentes em conflito com a lei. Ao contrário, tem violado direitos, ampliando a trajetória de conflito dos adolescentes. Foram verificadas nas cidades diferenças substanciais entre os percentuais dos adolescentes mortos que cumpriram medidas, variando de 13% em Eusébio a 73% em Caucaia.

É necessário que o governo estadual, o Poder Judiciário e as prefeituras cooperem para o pleno cumprimento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), a instituição de práticas restaurativas e a diminuição da privação de liberdade. Para isso, devem ser criados Núcleos de Atendimento Integral (NAI)

e estabelecidos mecanismos de cooperação da sociedade civil com o Sistema Único de Assistência Social (Suas) para acompanhamento comunitário de medidas socioeducativas em meio aberto.

Recomenda-se também que seja desenvolvido um sistema de informação integrado entre as prefeituras e o governo estadual para melhorar o acompanhamento dos adolescentes cumprindo medidas socioeducativas em meio fechado e em meio aberto, além de criar delegacias e varas especializadas da infância e adolescência nos municípios do interior. Deve-se ainda implementar planos municipais de atendimento e promover a adoção de princípios de Justiça restaurativa em todo o processo socioeducativo.

8

PROMOVER OPORTUNIDADES DE APRENDIZAGEM E INCLUSÃO NO MERCADO FORMAL DE TRABALHO COM RENDA

Dos adolescentes assassinados, 78% tiveram experiência com trabalho, de maneira formal ou informal, mas na maioria dos casos essa experiência não aconteceu da forma como prevê a Lei do Aprendiz. Em todas as cidades pesquisadas, nenhum adolescente trabalhou como estagiário ou aprendiz, com exceção de Fortaleza, em que somente 2% dos adolescentes vítimas de homicídio tiveram essa experiência.

Evitar a evasão escolar em razão da inserção precoce no mercado de trabalho, proteger

o adolescente que ingresse no mercado mediante a observância dos parâmetros legais e promover o direito à profissionalização em sintonia com as expectativas dos jovens são condições relevantes para evitar a exposição a situações de risco. Recomenda-se, assim, promover a integração entre educação básica e educação profissionalizante, a partir dos 14 anos de idade, com estrita observância à Lei do Aprendiz, respeitadas as demandas e as necessidades dos adolescentes.

9

FORMAR POLICIAIS EM DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE PARA GARANTIR ABORDAGENS ADEQUADAS E PROMOVER O CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL

Existe uma relação de conflito entre polícia e comunidade, marcada por intimidação, indiferença e, sobretudo, violência contra os jovens. As abordagens policiais revelam uma estigmatização de adolescentes negros e pobres. Em Fortaleza e Caucaia, 73% dos adolescentes vítimas de homicídios sofreram violência policial.

Agentes da polícia alegaram que a agressividade na abordagem é potencializada por um grau maior de reatividade dos adolescentes. É necessário adotar uma postura e uma abordagem adequadas dos policiais, conforme os padrões internacionais de direitos humanos, para reduzir a violência exercida na interação com esses jovens. Para isso, deve-se fortalecer as es-

tratégias de segurança comunitária, promovendo a articulação entre os agentes de segurança pública e as redes de serviços socioassistenciais, de saúde e de organizações comunitárias nos territórios vulneráveis para redução e mediação de conflitos.

É preciso também implementar a Portaria Interministerial da Secretaria Especial de Direitos Humanos⁹, que estabelece as diretrizes nacionais de promoção e defesa dos direitos humanos dos profissionais de segurança pública, sobretudo as relativas à saúde e à educação em direitos humanos, além de informar e fortalecer as comunidades quanto aos seus direitos com relação a serviços e abordagens de agentes da segurança pública.

⁹ Portaria nº 2, de 15 de dezembro de 2010.

Deve-se, ainda, formar policiais, desde o recrutamento, para uma abordagem não violenta com adolescentes, e implementar mecanismos de prevenção a abordagens violentas a crianças e adolescentes. Além disso, é necessário promover o respeito ao princípio

da prioridade absoluta aos procedimentos em que a vítima da denúncia seja criança e/ou adolescente, por meio da adoção da Resolução Conjunta nº 2¹⁰, do Conselho Superior de Polícia e Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil.

10 CONTROLAR O USO E A CIRCULAÇÃO DE ARMAS DE FOGO E MUNIÇÕES

As armas de fogo têm importância fundamental no incremento das mortes de adolescentes. Em Horizonte, todos os adolescentes vítimas de homicídios foram mortos por arma de fogo. Nas demais cidades, os percentuais superam 80%.

A grande circulação e o fácil acesso a armas de fogo e munições contribuem para que os conflitos interpessoais desencadeiem violên-

cia letal. A recomendação é que seja criado um Plano Estadual de Controle de Armas de Fogo e Munições que dê transparência às informações sobre venda de armas bem como sobre a origem das armas apreendidas e o procedimento para sua destruição, além de criar iniciativas para entregas voluntárias e garantir o controle das armas de fogo e munições sob custódia do Estado.

11 PROMOVER O RESPEITO AOS DIREITOS PELA MÍDIA

Programas que se utilizam da espetacularização da violência, da estigmatização e da criminalização de adolescentes pobres e negros contribuem para uma abordagem superficial de um problema complexo como a violência urbana e para o fortalecimento da cultura punitiva. Em Juazeiro do Norte, 100% dos assassinatos foram apresentados em programas policiais. Nas demais cidades, este percentual variou de 53% (Caucaia) a 87% (Eusébio).

A excessiva exposição da violência na mídia, de forma espetacularizada, colabora para a di-

fusão de uma cultura que promove o medo e a não observação dos direitos humanos, tendo em vista a frequente exposição e a criminalização de adolescentes e suas famílias, incitando julgamentos tendenciosos. Assim, recomenda-se que sejam proibidas a publicidade de órgãos públicos e empresas estatais em programas que violem direitos humanos e a exposição indevida da imagem de suspeitos ou acusados que estejam sob a proteção do Estado, em especial impedindo que comunicadores abordem as pessoas sob custódia, a título de entrevistá-las,

¹⁰ A Resolução Conjunta nº 2 é de 13/10/2015.

salvo se estas consentirem e estiverem acompanhadas de advogado ou defensor público.

As empresas de comunicação devem adequar a exibição de programas policiais ao horário protegido, conforme o artigo 76 do Estatuto da Criança e do Adolescente, promovendo novas formas de abordagem do tema da violência e assegurando os direitos constitucionais dos

envolvidos. Além disso, é necessário desenvolver programas de monitoramento das violações de direitos humanos da mídia, instaurar inquéritos civis públicos para analisar casos de desrespeito à legislação em vigor; adotar providências legais pertinentes à responsabilização das emisoras e à reparação de danos morais coletivos, eventualmente ocorridos.

12 GARANTIR A INVESTIGAÇÃO E A RESPONSABILIZAÇÃO PELOS HOMICÍDIOS

Segundo as famílias, em Maracanaú, Sobral, Juazeiro do Norte e Eusébio nenhuma pessoa foi presa ou detida pela morte dos adolescentes incluídos na pesquisa. O maior percentual de responsabilização pelos crimes foi em Horizonte, embora baixo: 22%. Em levantamento feito pelo Comitê na Comarca de Fortaleza, este índice ainda é mais grave. Do total de homicídios de adolescentes dos últimos cinco anos, apenas 2,8% chegaram à responsabilização até o fim de 2016.

A sensação de injustiça destacada pelas famílias é resultado da massiva ausência de resposta estatal no que diz respeito a proteção e assistência aos familiares da vítima, investigação policial dos crimes e responsabilização judicial dos envolvidos. Esta realidade afronta o princípio constitucional da prioridade absoluta na garantia dos direitos de crianças e adolescentes. É importante estabelecer procedimentos detalhados e contínuos de investigação, elucidação e julgamento desses crimes.

Recomenda-se que sejam estabelecidos um protocolo e um sistema unificado de re-

gistro das ocorrências do crime, garantindo precisão das informações das vítimas e de seus familiares conforme padronização do Ministério da Justiça. Também é preciso dar prioridade à investigação de maneira qualificada dos homicídios contra crianças e adolescentes, bem como fortalecer a capacidade técnico-científica da Perícia Forense na elucidação dos homicídios, além de garantir normas e procedimentos que assegurem o acompanhamento prioritário dos processos jurídicos cujas vítimas são crianças ou adolescentes.

É importante ainda criar comitês territoriais institucionais para a prevenção de homicídios na adolescência em cada uma das áreas integradas de segurança do estado e promover a manutenção do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, com a função de monitorar essas recomendações e sistematizar as informações sobre homicídios na adolescência, produzidas pelos comitês territoriais a ser estabelecidos pelo governo estadual.

CAPÍTULO 6

Os pesquisadores foram conhecer de perto as histórias de vida e morte dos adolescentes e as repercussões sobre os familiares

A METODOLOGIA

A trajetória da pesquisa que deu voz aos familiares de adolescentes assassinados para compreender a vida desses jovens e o contexto em que viviam

A pesquisa foi realizada em sete municípios cearenses: Fortaleza, Caucaia, Eusébio, Horizonte e Maracanaú (na Região Metropolitana), Sobral e Juazeiro do Norte (no interior do estado). O critério de escolha destas cidades foi o número absoluto de homicídios de adolescentes, com base nos dados disponibilizados pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará (SSPDS) e na relevância socioeconômica para o estado do Ceará.

Compreender a trajetória de vida de vítimas de homicídios exige um esforço em conhecer o contexto de moradia, convivência e interação dos adolescentes com amigos e familiares. Por isso, foi um trabalho de construção de histórias narradas por aqueles com quem os adolescentes possuíam laços de afetividade.

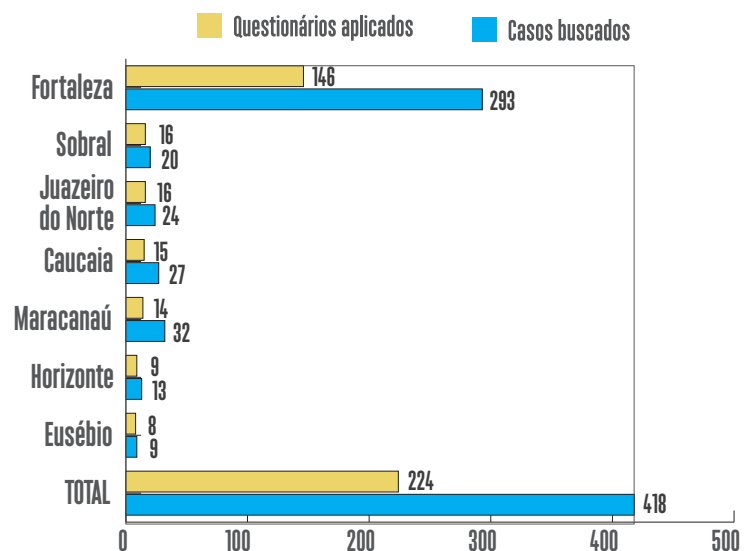
Uma vez que o luto vivenciado pelos familiares e o medo de falar sobre o assunto poderiam prejudicar o trabalho de campo, foi utilizado um questionário com 139 questões fechadas que compreendessem a vida dos adolescentes em quatro dimensões: individual, familiar, institucional e comunitária.

A construção do questionário passou por um amplo debate entre os integrantes do Comitê. Para validá-lo, foi feito um pré-teste com 11 famílias que tiveram os filhos assassinados no bairro do Bom Jardim, em Fortaleza. Além do questionário, foram utilizados diários de campo para que os pesquisadores relatassem o cotidiano da pesquisa em três aspectos: os cenários

de observação dos lugares, as relações entre as pessoas e os modos de vida em que se encontravam os adolescentes.

No gráfico a seguir, é possível verificar o total de casos de homicídios registrados em cada cidade estudada e a quantidade de questionários aplicados. Em Fortaleza, Caucaia, Maracanaú, Horizonte, Eusébio, Sobral e Juazeiro do Norte foram pesquisados casos referentes a 2015. Um total de 224 questionários foram aplicados nas sete cidades, relativos a casos de adolescentes assassinados na faixa etária de 12 a 18 anos.

Números de casos de homicídio por município e questionários aplicados



Fortaleza somava 312 casos de adolescentes vítimas de homicídio em 2015. Como o número de casos era muito superior aos das demais cidades, foi selecionada aleatoriamente uma amostra de 172 casos¹¹ para a aplicação da pesquisa. Entretanto, no decorrer das atividades, observou-se que era relativamente comum não encontrar os endereços que constavam nos bancos de dados cedidos ao Comitê. Por isso, optou-se por buscar todos os casos de homicídios de adolescentes contidos na base de dados.

Assim, da listagem com 312 casos, foram buscados 293 endereços em Fortaleza; 20 casos não foram encontrados devido à insuficiência de informações para se chegar ao endereço, ou o jovem, apesar de ter morrido em Fortaleza, residia em outro município. Em Caucaia, Maracanaú, Horizonte, Eusébio, Juazeiro e Sobral, o recorte foi o ano de 2015. No entanto, não foi feita amostra, porque o número de casos era reduzido.

Em Fortaleza, de um total de 293 questionários, foram aplicados 146, o que corresponde a 50%. Em 40% dos casos, as famílias mudaram de endereço ou não foram encontradas; e 10% das famílias se recusaram a responder. Já de um total de 418 casos buscados nas sete cidades, foram aplicados 54% dos questionários, 37% dos casos não foram encontrados e 9% das famílias se recusaram a ser entrevistadas.

Para aplicação dos questionários, optou-se por dialogar com os familiares, tendo em vista o objetivo de compreender a trajetória de vida dos adolescentes vítimas de homicídio, mesmo considerando o viés presente nas respostas de quem perdeu um ente querido recentemente.

Como os arranjos familiares são diversos, os interlocutores seriam aqueles que tivessem maior proximidade com os jovens, possibilitando a construção de uma narrativa sobre sua vida, da infância até a morte. Entre esses estavam principalmente as mães (57%), as avós (12%), as tias (9%) as irmãs (9%) e os pais (7%). Os demais entrevistados – irmãos, primos, padrastos, sogras e tios – somaram 6%.

A abordagem de coleta de dados envolveu métodos qualitativos (observação de campo, diários, entrevistas e grupos focais) e métodos quantitativos (aplicação de questionários). Foi uma estratégia ampla para dar conta da vastidão de interpretações, versões e significados que são dados aos casos de homicídios na adolescência pelos envolvidos neste cenário.

A equipe de coordenação da pesquisa realizou ainda quatro grupos focais com profissionais que atuam em Fortaleza nas áreas da Assistência Social, Saúde, Educação, Segurança Pública e Sistema de Justiça, com o objetivo de analisar as demandas por serviços nessas áreas com base nas narrativas apresentadas pelos operadores da política.

11 Número calculado para se obter uma confiança de 95% com margem de erro de 5%.

Realização

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF)

Representante do UNICEF no Brasil: Gary Stahl

Representante Adjunta do UNICEF no Brasil: Esperanza Vives

Chefe da Unidade de Proteção: Casimira Bengé

Chefe do Território do Semiárido: Robert Gass

Chefe de Comunicação e Parcerias: Pedro Ivo Alcantara

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ

Presidente da Mesa Diretora: Zezinho Albuquerque

1º Vice-presidente: Tin Gomes

2º Vice-presidente: Dannel Oliveira

1º Secretário: Sérgio Aguiar

2º Secretário: Manoel Duca

3º Secretário: João Jaime

4º Secretário: Joaquim Noronha

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Governador: Camilo Sobreira de Santana

Vice-governadora: Izolda Cela

COMITÊ CEARENSE PELA PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA

Presidente: Ivo Gomes, deputado estadual

Relator: Renato Roseno, deputado estadual

Coordenador técnico: Rui Rodrigues Aguiar, coordenador do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) para o Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte

Membros das Comissões Técnicas: Augusta Brito, deputada estadual, presidenta da comissão de Juventude; Bethrose Fontenele, deputada estadual, presidenta da Comissão de Infância e Adolescência; Zé Ailton Brasil, deputado estadual, presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania

Secretária-executiva: Ranne Almeida

Conselho Consultivo: Ângela Pinheiro e Antonio Lima Silva Neto

Assessoria de Comunicação: Adriano Muniz, Ivna Girão, Lara Vasconcelos, Mariana Cunha, Ranne Almeida e Renata Soares

Instituições integrantes do Comitê: Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Direitos Humanos do Ceará; Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude do Ceará; Pacto por um Ceará Pacífico; Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará; Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Ceará; Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza; Universidade Estadual do Ceará; Universidade Federal do Ceará; Universidade Regional do Cariri; Universidade Vale do Acaraú; Defensoria Pública do Estado do Ceará; Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Ceará; Conselho Estadual de Assistência Social; Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Regional de Psicologia; Fórum de Organizações Não Governamentais em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; Ordem dos Advogados do Brasil - seção Ceará

ELABORAÇÃO E PRODUÇÃO DA PESQUISA

Apoio Técnico: Instituto Oca

Coordenação-geral da pesquisa: Rui Rodrigues Aguiar e Thiago de Holanda Altamirano

Coordenação de campo: Benjamin Lucas e Daniele Negreiros

Consultoria: Camila Holanda Marinho

Análise de dados: José Florencio de Queiroz Neto e Boris Diechtiareff

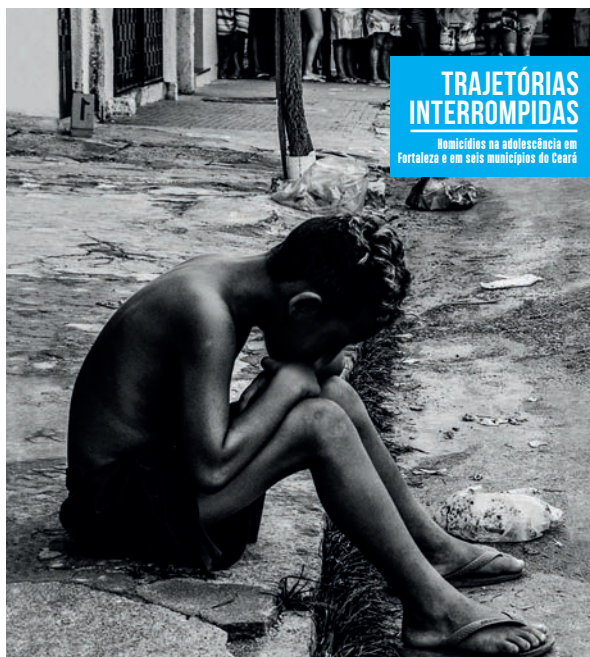
Pesquisadores de campo: Amanda Barbosa; Ana Paula Neves; Auxiliadora de Paula Gonçalves; Claudia Costa; Diego Medeiros; Elaine Marinho; Francimara Carneiro; Gabriela Colares; João Pedro de Santiago Neto; Joyce Hilario; José André de Andrade; Josileine Araujo; Juliana Guimarães; Juliana Marques; Leticia Sampaio; Lourdes Rafaella Florencio; Marcela Andrade; Marcos Levi; Paulo Henrique Lima, Roberta de Castro, Thiago Garcez, Ticiania Santiago, Tuany Moura e Verônica Benevides

Articuladores comunitários: Francisca da Silva Nobre; Joaquim Araújo; Núbia Alves Sousa e Rafael Agostinho

Colaboradores: João Paulo Barros; Ricardo Moura Braga Cavalcante; Luís Fábio Silva Paiva e Renata Soares e Antônio Silva Lima Neto

Produção dos textos dos relatórios de pesquisa: Thiago de Holanda Altamirano; Daniele Jesus Negreiros; Benjamim Diego Lucas y Sousa; Camila Holanda Marinho; José Florêncio de Queiroz Neto; Ricardo Moura Braga Cavalcante; João Paulo Barros; Ângela de Alencar Araripe Pinheiro e Rui Rodrigues Aguiar

Recomendações: Ângela Pinheiro; Antonio Lima Silva Neto; Benjamim Lucas; Boris Diechtiareff; Caio Feitosa; Camila Holanda Marinho; Casimira Bengé; Clarissa Freitas; Daniele Negreiros; Florencio de Queiroz Neto; Francisca Maria Andrade; Helena Martins; Gualter Bezerra; Joaquim Araújo; Mario Volpi; Rafael Barros; Raimundo Madeira; Renata Soares; Renato Roseno; Robert Gass; Rui Aguiar e Thiago de Holanda



A FOTO DA CAPA

A foto da capa retrata a tristeza de um adolescente perante uma situação de homicídio. "O crime não é só a morte em si. Eu me interesso pelo que acontece fora da fita amarela, como essa banalização e espetacularização da violência", diz Claudio Marques, o autor da foto da capa. "Como é crescer acreditando que isso seja 'normal', que aconteça todos os dias?", questiona o fotógrafo, que é formado em Filosofia e trabalha na Divisão de Homicídios da Polícia Civil. Como os meninos que fotografa, Claudio também morou na periferia, em Aerolândia, na Zona Leste de Fortaleza, com o pai, e perdeu a maioria dos seus amigos de infância para a violência.

PRODUÇÃO EDITORIAL DA PUBLICAÇÃO

Coordenação-geral: Instituto Oca e Cross Content Comunicação

Edição: Andréia Peres e Carmen Nascimento

Arte: Ana Mastrochirilo e Benedito Minotti

Revisão: Regina Pereira

Foto da capa: Claudio Marques

Tratamento de imagem: Wagner Kiyantza (capa) e Premedia Crop

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Trajetórias interrompidas : homicídios na adolescência em Fortaleza e em seis municípios do Ceará / organização Instituto OCA ; [coordenação Rui Aguiar e Thiago de Holanda]. -- Brasília : UNICEF, 2017.

"Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) -- Assembléia Legislativa do Estado do Ceará -- Governo do Estado do Ceará".

1. Adolescentes - Condições sociais - Fortaleza (CE) 2. Homicídios - Brasil 3. Problemas sociais - Fortaleza (CE) 4. Regiões metropolitanas - Brasil 5. Violência - Brasil I. Instituto OCA. II. Aguiar, Rui. III. Holanda, Thiago de.

ISBN: 978-85-87685-45-2

17-04901

CDD-364.1520981

Índices para catálogo sistemático:

1. Homicídios na adolescência : Problemas sociais
364.1520981



FOTO: LUCAS MOREIRA

TRAJETÓRIAS INTERROMPIDAS
reconstrói a história de vida e morte dos
adolescentes assassinados em sete
municípios do Ceará por meio de depoimentos
de seus familiares

Apoio



Realização

